



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

04
p

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ABERTURA DA CORREIÇÃO GERAL
ORDINÁRIA NA COMARCA DE ALTAMIRA

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às 09h00min, no Fórum da Comarca de Altamira / PA, onde se achavam presentes a Excelentíssima Senhora Desembargadora. **MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, Excelentíssimos Senhores Doutores **JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE** e **MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA**, Juízes Auxiliares da CJCI, Dra. **CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA**, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Dra. **CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI**, Juíza Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Dra. **ANA PRISCILA DA CRUZ**, Juíza de Direito respondendo pelas 1ª e 2ª Varas Criminais e Juizado Especial Criminal da Comarca de Altamira, Dr. **ANDRÉ MONTEIRO GOMES**, Juiz de Direito respondendo pelo Juizado Especial Cível de Altamira Dr. **MAURÍCIO MOTA**, Delegado de Polícia Civil de Altamira e os Senhores **JANE VIEIRA ALCÂNTARA DAS NEVES**, Chefe de Gabinete das Corregedorias de Justiças das Comarcas do Interior, **CARLOS PINTO DA SILVA JR.**, Analista Judiciário, **DANIEL DOS REIS AFFONSO**, **JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**, **MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO** e **THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS**, ambos Assessores Jurídicos. A Desembargadora Corregedora declarou aberta a audiência pública e, inicialmente, saudou a todos os presentes, identificou-se e apresentou a equipe de correição, ressaltando que todos estão à disposição. Em seguida, a Desembargadora Corregedora ressaltou ser o caso de Correição Ordinária, e não Extraordinária, bem como da importância desse contato direto entre a Corregedoria e os servidores, não somente os do quadro efetivo, como também os cedidos por outros órgãos, tendo em vista a responsabilidade de todos pelos atos decorrentes do exercício de suas funções. Também ressaltou o caráter orientativo da Corregedoria, a qual qualquer servidor poderá dirigir-se para requerer esclarecimentos e comunicar qualquer problema. Ressaltou que a Corregedoria de Justiça está à disposição para

Carlos

p.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

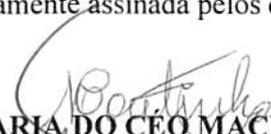
[Handwritten signature]

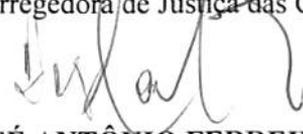


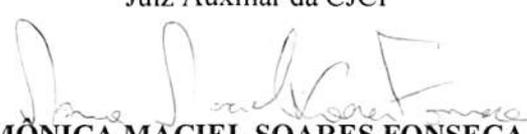
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

05
P

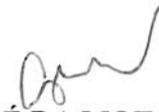
tirar dúvidas, bem como realizar esclarecimento, tanto aos Magistrados, como aos servidores e jurisdicionados. Informou sobre a possibilidade de reduzir a termo qualquer crítica, sugestão, reclamação ou elogio a servidores e Magistrados. Após, não havendo mais qualquer pessoa interessada em manifestar-se, e nada mais havendo a declarar, a Desembargadora Corregedora agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a presente audiência pública, cuja Ata, Eu Marco Antônio Pedrosa de Araújo (Marco Antônio Pedrosa de Araújo, Assessor Jurídico), lavrei e subscrevi, a qual segue devidamente assinada pelos demais presentes.

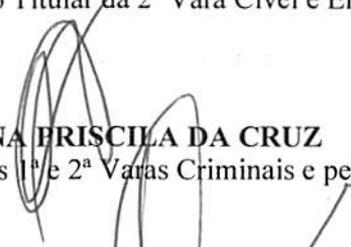

Desembargadora MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

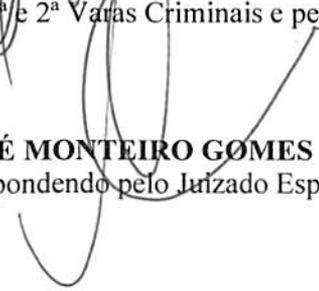

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA *Maia*
Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial


CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI
Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial


ANA BRISCILA DA CRUZ
Juíza de Direito respondendo pelas 1ª e 2ª Varas Criminais e pelo Juizado Especial Criminal


ANDRÉ MONTEIRO GOMES
Juiz de Direito respondendo pelo Juizado Especial Cível

Leandro


JP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

06
P

Jane Vieira
JANE VIEIRA ALCANTARA DAS NEVES
Chefe de Gabinete da CJCI

Carlos Pinto da Silva Jr.
CARLOS PINTO DA SILVA JR.
Analista Judiciário

Daniel dos Reis Affonso
DANIEL DOS REIS AFFONSO
Assessor Jurídico

Jackeline S. Vilhena Maia
JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica

Marco Antônio Pedrosa de Araújo
MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO
Assessor Jurídico

Thaiza Martins Pereira Suano de Farias
THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

492
P

CORREIÇÃO ORDINÁRIA DE ALTAMIRA

Período: 16 a 20 de novembro de 2015.

Instalada a Correição em 16/11/2015, às 08:30 horas, foi iniciada com reunião da equipe da Corregedoria de Justiça com os servidores e Juízes da Comarca, no Salão do Tribunal do Júri da comarca de Altamira.

A Corregedora de Justiça da CJCI, Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, conversou com os servidores e com os Magistrados da Comarca, expondo como seriam feitos os trabalhos da Correição. Depois falou o Juiz auxiliar da CJCI, dr. José Antônio, sobre os trabalhos que seriam feitos nos Cartórios extrajudiciais. A Juíza auxiliar, dra. Mônica, informou como seriam desenvolvidos os trabalhos na Correição dos serviços judiciais nas Varas. Depois foi dada a palavra aos magistrados e servidores, tendo dois servidores se manifestado, conforme Ata de Instalação da Correição, em anexo.

1ª VARA CÍVEL:

Juíza titular: CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA, desde 03/08/2015.

Competência: Infância de Juventude, Interditos, órfãos e ausentes e Cível e comércio por distribuição.

GABINETE

Está lotado 01 (um) servidor auxiliar judiciário do quadro do TJPA, e 01 (um) servidor cedido da Prefeitura de Altamira, além da assessora, exclusivamente comissionada.

O gabinete faz o controle da pauta de audiências, que está para março de 2016.

Os despachos e decisões designando audiência retornam do gabinete com a data da audiência prefixada. O gabinete também cadastra as audiências e é responsável por fazer o controle da pauta. Nos feitos da Infância e Juventude, as audiências são agendadas com prazo inferior a uma semana. Outros casos mais urgentes também são encaixados em dias mais próximos, observado o grau de

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

Carvalho



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

urgência.

A Secretaria mantém o controle dos processos que aguardam audiência, acondicionando-os em armário próprio, separando os que estão pendentes de cumprimento, dos que já foram cumpridos. Após o cumprimento, os autos são direcionados para o escaninho que indica o mês de realização da audiência.

Em média, de 01 (um) a 03 (três) dias antes da realização da audiência, é verificado se há pendências de cumprimento ou juntada de petição para os autos dos processos que aguardam audiência, para depois, serem remetidos conclusos.

São realizadas de 03 a 07 audiências por dia, dependendo da espécie de audiência e do tipo de ação.

As audiências são realizadas às terças, quartas e quintas, e quando há feitos da Infância e Juventude ou outros urgentes para pautar audiência, é encaixada nos outros dias da semana.

O gabinete faz a resenha diariamente.

SECRETARIA:

Há 08 (oito) servidores lotados, sendo 03 (três) servidores do quadro do TJPA, dos quais 01 (um) analista judiciário, 01 (um) auxiliar judiciário e 01 (um) atendente judiciário, e 05 (cinco) são cedidos, dos quais 01 (um) da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu e 04 (quatro) da Prefeitura de Altamira. Há 02 (dois) estagiários.

Há 3.156 processos físicos e 3.207 processos físicos mais tramitação externa, e, no Sistema Libra, aparece esse número acrescido de mais 09 (nove), que são da Infância e Juventude já encerrados, sem baixa no Sistema Libra.

Os processos são separados por ato processual, sendo que os da Infância e Juventude ficam separados das demais ações, e os processos suspensos também.

No armário 01 (fechado), se encontram os processos que aguardam prazo, no armário 06, estão os processos sentenciados que aguardam o cumprimento das diligências.

No armário 09, estão os processos das Metas 02 e 06 do Conselho Nacional de Justiça que passaram a ficar separados do demais a partir da realização desta Correição.

Há ações de indenização de pescadores contra a empresa Norte Energia que ocupam 03 (três) estantes abertas na secretaria, sendo mais de 600 (seiscentas) já sentenciadas, que aguardam diligência referente à certidão sobre contrarrazões

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

493
P

recursais, para que possam ser encaminhadas ao TJPA. Segundo informação da Diretora de Secretaria da Vara, já foram encaminhadas ao TJPA 847 ações dessa natureza, com a mesma causa de pedir e a mesma parte requerida, mudando somente o autor.

Há um armário fechado com os processos para audiência, tanto os que aguardam o cumprimento de diligências (intimação, citação), como os que aguardam somente a data da audiência designada.

Há uma estante aberta inteira somente para as ações de DPVAT, sendo mais de 600 ações, separadas das demais.

Há uma estante aberta com caixas de processos que aguardam certificação pela Secretaria.

Os processos cíveis e de comércio por distribuição e os de interditos, órfãos e ausentes se encontram misturados, separados somente por ato processual e não são identificados por tarjas de cores diferentes.

Há identificação com tarja colorida dos seguintes processos: MSE de Liberdade assistida de adolescente infrator – amarela; MSE de Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade – amarela e azul; adolescente internado – vermelha; ato infracional violência sexual – rosa; processos suspensos – verde e vermelha; processos de Vitória do Xingu cíveis – laranja e preta; processos com bens apreendidos – tarja preta; meta 02 – azul escuro; meta 06 – amarela; idoso – tarja cor goiaba (misturado aos demais); Ações civis públicas – rosa, e se for da meta 06 (ajuizadas até 31/12/2012), tarjas rosa e amarela; cartas precatórias cíveis – verde; cartas precatórias da Infância e Juventude – laranja; cadastrados no Sistema – adolescentes em conflito com a lei: lilás.

Os processos com cumprimento de Medida Socioeducativa (LA, PSC) são controlados por uma servidora que cobra dos órgãos responsáveis, bimestralmente.

É feita a intimação nos processos para recolhimento de custas, os quais estão separados em um armário fechado. Atualmente, vem sendo feita a intimação antes da prolação da sentença, exceto nas ações de DPVAT, que é posterior à sentença.

Havia 97 (noventa e sete) processos da META 02 do CNJ pendentes de julgamento, tendo sido cumprida a meta (80%) com 82,23% de julgados.

A Meta 01 do CNJ (julgamento no ano de um número maior de ações daquelas distribuídas no ano) não vinha sendo cumprida nos anos de 2012, 2013 e 2014, vindo a ser cumprida no ano de 2015.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

Assinatura



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Havia 09 processos da Meta 06 do CNJ (ações coletivas distribuídas até 31/12/2012) pendentes de julgamento, tendo sido cumprida 35,71% da Meta.

Considerando o aumento populacional, em virtude da construção da hidrelétrica de Belo Monte na Região, houve crescimento da demanda de processos que ingressam mensalmente, principalmente de pescadores contra a Empresa Norte e Energia, os quais foram redistribuídos de outras Secretarias (da 2ª e da 3ª Varas Cíveis) para a 1ª Vara, somando mais de 1.500, razão pela qual, não houve o cumprimento da Meta 06, de acordo com o exposto pela Diretora de Secretaria da Vara.

É dada prioridade aos processos na seguinte ordem: feitos da Infância e Juventude, pedidos de liminares e de antecipação de tutela, por determinação do Juiz, iniciais, idoso, com audiência ou praça/leilão designados, por ordem cronológica e antiguidade do processo e outro.

Havia 122 processos paralisados há mais de 100 dias por falta de cumprimento de ato judicial.

Não havia processos conclusos há mais de 100 dias e havia somente 19 processos conclusos há menos de 100 dias.

Foram identificados 37 mandados com carga mais antiga a Oficial de Justiça, datada de 24/05/2012, e diversos outros com carga mais antiga de março de 2013 e novembro de 2013.

Identificaram-se 15 processos com carga para advogado desde 21/10/2014.

A Diretora de Secretaria desenvolve boa gestão, e além da identificação dos processos por tarjas coloridas, o que facilita a localização, as tarefas são todas distribuídas entre os servidores, o que facilita a cobrança no cumprimento. Somente no atendimento ao público, há rodízio entre os servidores para cumprimento da tarefa.

A Magistrada titular da Vara apresentou durante a correição relatório de Gestão no período compreendido entre 03/08/2015 a 18/11/2015, demonstrando ter desenvolvido um ótimo trabalho de gestão nos processos da Vara.

Há 02 (duas) casas de acolhimento (abrigos) de crianças e adolescentes, uma em Altamira e uma em Vitória do Xingu.

* Seguem, em anexo, planilhas de análise processual de processos das Metas 02 e 06 do CNJ, feitos da Infância e Juventude e de ações cíveis em tramitação na Vara.

Mônica Márcia Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

494
φ

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Cumprir, no prazo de 30 (trinta) dias, as diligências na fase recursal dos processos de indenização contra a Norte Energia, que são mais de 600, para que possam ser encaminhadas as apelações para julgamento;
- 2 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 02 do CNJ;
- 3 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 06 do CNJ;
- 4 – Identificar os processos de interditos, órfãos e ausentes, para dar prioridade na tramitação;
- 5 – Dar cumprimento aos atos judiciais nos processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria;
- 6 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, alguns com carga em aberto desde 24/05/2012, utilizando ferramenta de cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 7 – Cobrar, com urgência, a devolução dos processos que se encontram com carga para advogados desde 21/10/2014, e realizar cobrança periódica dos processos fora da Secretaria, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 8 – Manter os processos da Meta 02 e da Meta 06 do CNJ separados dos demais.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

- 1 – Dar prioridade e agilizar os processos da META 2 do CNJ;
- 2 – Dar prioridade e agilizar os processos da META 06 do CNJ.

2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL:

Juíza titular: CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI, desde 26/05/2015.

Competência: Família (concorrente), Registros Públicos (privativa), acidentes de trabalho (privativa), Falência e Recuperação, e cível e comércio por distribuição.

GABINETE:

Há 02 (duas) servidoras cedidas da Prefeitura Municipal de Altamira, além da assessora, que é exclusivamente comissionada.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

5

Assessoria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Fica responsável pela pauta de audiências na vara que ocorrem, geralmente, de terças a quintas, e, excepcionalmente, às segundas, ficando reservado um dia para cada classe de ação.

O Gabinete cadastra as audiências, e também fica responsável por cadastrar os termos de audiências e controlar a pauta.

A última audiência estava pautada para março de 2016.

São realizadas, em média, de 06 a 08 audiências por dia.

Logo que os autos saem do gabinete, é providenciado o cumprimento dos atos preparatórios às audiências, e quando retornam com as diligências cumpridas, como, por exemplo, vista ao Ministério Público, são organizados em armário, de acordo com o mês de realização de audiência.

01 (um) dia antes da audiência, é verificado se existe pendência de juntada de mandado, de petição, para remeter os autos conclusos.

SECRETARIA:

Há duas salas da Secretaria, com conexão entre si.

Estão lotados em Secretaria 07 (sete) servidores, dos quais 02 (duas) são analistas judiciários do quadro do TJPA, incluindo a Diretora de Secretaria, e 05 (cinco) são cedidos, sendo 02 (duas) da Prefeitura Municipal de Altamira, 02 (dois) da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu e 01 (um) da Câmara Municipal de Altamira.

Os processos se encontram acondicionados em parte, em caixas, em estantes abertas, em uma saleta ao lado da Secretaria, divididos por tipo de ação e por ato processual. Há também processos organizados em estantes abertas, sem estarem em caixas.

No armário 01, há processos em caixas que aguardam manifestação, e no armário 03, há processos que aguardam resposta de ofício e processos com pedido de DPVAT, os quais também se encontram em caixas.

Os processos da Meta 02 e da Meta 06 do CNJ passaram a ficar separados a partir desta Correição, e permanecerão separados dos demais. Os da Meta 02 se encontram em estante aberta, fora de caixas e os da Meta 06 se encontram em armário fechado, em caixa.

Há 4.333 processos em tramitação, considerando a contagem física mais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

495
9

tramitação externa, e, de acordo com informação extraída do Sistema Libra, há 4.512 processos.

Os processos da Meta 02 que foram ajuizados até 31/12/2009, se encontram identificados com tarja azul, e os ajuizados após 2009 até 31/12/2011, se encontram com tarja cinza/prata. Os da Meta 06 estão identificados com tarja cinza e se encontram no armário 04.

Há 468 processos da Meta 02 do CNJ e 21 processos da Meta 06 do CNJ.

Havia 301 processos paralisados em Secretaria há mais de 100 dias, aguardando cumprimento de ato judicial e 22 processos conclusos há mais de 100 dias.

Os processos são identificados por tarjas coloridas: os processos em segredo de Justiça possuem tarja vermelha, os de idoso, tarja amarela, os das metas 02 e 06, tarja azul e cinza, e as cartas precatórias estão identificadas com tarja verde; os processos de Vitória do Xingu estão identificados com tarja laranja e ficam misturados com os de Altamira.

No armário 02, se encontram os processos mais volumosos, de classes diferentes.

Os processos com audiência designada ficam em uma estante com gavetões, aguardando a data da audiência, separados dos demais.

Na saleta menor, ficam processos arquivados em pastas, em estantes abertas, além de estantes abertas com processos em pastas, separados por tipo de ação, que aguardam cumprimento de diligências.

A resenha é feita pela Diretora de Secretaria entre 2 a 3 vezes por semana, e as tarefas são divididas entre os servidores da Secretaria.

Em alguns processos, o cálculo para recolhimento de custas é feito antes da sentença, e, em outros, após a sentença, mas logo intimam a parte sucumbente para recolher custas. Havia ainda alguns processos aguardando serem encaminhados para inscrição em dívida ativa.

Havia 25 iniciais pendentes de autuação e registro e 17 iniciais pendentes de despacho.

Havia 197 intermediárias pendentes de despacho.

Havia 76 mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça desde 15/12/2011, e 102 com carga em aberto desde abril e maio de 2012.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

7
Koutinho



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Foram identificados 118 processos com carga para o Ministério Público desde 19/05/2014, 31 com a Defensoria Pública, desde 18/09/2014, e 47 com advogado, desde 20/05/2010.

Nas ações de investigação de paternidade, o Setor social do TJPA demora para agendar data para realização do exame de DNA. Foi realizada a Campanha Pai Presente no ano de 2013.

Vários processos que apareciam como da Meta 02 do CNJ se encontravam sentenciados, com trânsito em julgado da sentença, tendo sido recomendado à Diretora de Secretaria que cadastrasse no Libra a certidão de trânsito em julgado, para dar baixa nos processos, reduzindo a taxa de congestionamento e retirando a informação irreal do portal de Metas.

De um modo geral, a Secretaria está organizada, de modo que a Diretora de Secretaria e a Magistrada demonstram ter boa gestão na Vara.

A Magistrada solicitou providências para que seja preenchido o número mínimo de servidores previsto por Vara, uma vez que há somente 02 (duas) servidoras do quadro lotadas na 2ª Vara, sendo os demais cedidos de órgãos Municipais.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 02 do CNJ;
- 2 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 06 do CNJ;
- 3 – Manter os processos da Meta 02 e da Meta 06 do CNJ separados dos demais;
- 4 – Dar cumprimento aos atos judiciais nos processos paralisados em Secretaria há mais de 100 dias;
- 5 – Autuar e registrar as petições iniciais pendentes de autuação;
- 6 – Juntar as petições intermediárias pendentes de juntada;
- 7 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, alguns com carga em aberto desde 15/12/2011, utilizando ferramenta de cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 8 – Cobrar, com urgência, a devolução dos processos que se encontram com carga para o Ministério Público e a Defensoria Pública desde 2014, e com advogados, desde 20/05/2010, e realizar cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

496
9

9 – Efetuar o cálculo das custas finais remanescentes nos processos e intimar a parte para recolhimento antes de encaminhar os autos conclusos para sentença, se não for caso de Assistência Judiciária gratuita;

10 – Cadastrar no Sistema Libra, no prazo de 30 (trinta) dias, certidão de trânsito em julgado dos processos sentenciados com trânsito em julgado da sentença.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

- 1 – Dar prioridade e agilizar os processos da META 2 do CNJ;
- 2 – Dar prioridade e agilizar os processos da META 06 do CNJ;
- 3 – Dar celeridade aos processos conclusos há mais de 100 dias;
- 4 – Verificar as iniciais e petições intermediárias que se encontram pendentes de despacho, para apreciá-las;
- 5 – Verificar antes de prolatar a sentença se foi efetuado o cálculo das custas finais e se houve intimação da parte para recolhê-las, se não for caso de Assistência Judiciária gratuita.

3ª VARA CÍVEL:

Juiz titular: LUIZ TRINDADE JÚNIOR, desde janeiro de 2015, tendo respondido pela Vara no período de abril a dezembro de 2014.

Competência: Fazenda Pública e Execução Fiscal (privativa), Família (concorrente) e cível e comércio por distribuição.

GABINETE:

Há 01 (uma) analista judiciário e 02 (duas) auxiliares judiciários, além da Assessora, que é exclusivamente comissionada. Há ainda 02 (dois) servidores cedidos de Vitória do Xingu e 01 (uma) estagiária.

O gabinete agenda as audiências e cadastra no Sistema Libra. As audiências ocorrem de segunda a sexta-feira. Às sextas, são realizadas as referentes às ações envolvendo DPVAT e, nos outros dias, são audiências de ações diversas, sem um dia específico por tipo de ação. Quando há exame de DNA, realizam-se audiências em ações de investigação de paternidade em uma só data.

A pauta de audiências estava com audiência designada até 07 de junho de

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

Bautista



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

2016.

São realizadas de 03 a 06 audiências por dia, entretanto, nos processos DPVAT, realizam-se até 20 (vinte) audiências por dia.

Quando os processos retornam do gabinete, os autos permanecem separados para cumprimento, e após, são tramitados às caixas “aguardando realização de audiência”.

No início da semana, são verificadas no Sistema Libra, e conferidas na agenda do gabinete, as audiências que ocorrerão durante a semana, para que os processos sejam preparados e remetidos conclusos.

SECRETARIA:

Há 09 (nove) servidores, dos quais 03 (três) são do quadro do TJPA, sendo 01 (uma) analista judiciário, que é a Diretora de Secretaria, e 02 (duas) auxiliares judiciários, e 06 (seis) são cedidos, sendo 01 (um) cedido da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, e 05 (cinco) cedidos da Prefeitura Municipal de Altamira. Há 01 (uma) estagiária de nível médio.

Há 4.989 (quatro mil, novecentos e oitenta e nove) processos em tramitação, excluídos os de tramitação externa que são 120 (cento e vinte), totalizando 5.109, e, no Sistema Libra, consta o número de 5.114 processos em tramitação.

A Secretaria ocupa uma sala mais ampla e uma sala menor, onde trabalha a Diretora de Secretaria.

Os processos ficam acondicionados em estantes abertas e em armários fechados, a maioria organizada em caixas.

Os da sala menor ficam em estantes abertas, separados por tipo de ação e por ato processual.

Na sala maior, onde ficam os demais servidores, os processos ficam, em parte, em caixas, e em parte, em lotes em estantes abertas e em armários fechados, e a maioria é separada por ato processual.

No armário 03, ficam os processos de execuções fiscais e há somente as ajuizadas pelo Estado, pois há Subseção da Justiça Federal em Altamira.

No armário 05, ficam os processos que seguirão com vista às partes (MP, advogados, Defensoria), e os que aguardam contestação e prazo para manifestação, acondicionados em pastas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

492
P

Os processos das Metas 02, 04 e 06 do CNJ não estavam separados dos demais antes da Correição, mas passarão a ficar separados a partir desta Correição.

Há 285 processos físicos da Meta 02 do CNJ (ajuizados até 31/12/2011), pendentes de julgamento, sendo necessário o julgamento de, pelo menos 140, para atingir a meta (80%). Cumprida 60,80% da Meta 02.

Os processos da Meta 06 do CNJ estão sendo identificados com os adesivos fornecidos pelo CNJ, e os da Meta 02 e 04 do CNJ passarão também a ser identificados com adesivos.

Há 17 (dezessete) processos da Meta 06 do CNJ (ações coletivas distribuídas até 31/12/2012) pendentes de julgamento de um total de 40, tendo sido cumprida 57,50% da Meta 06.

No armário 04, estão processos que aguardam cumprimento de diligências e processos diversos com ofícios e outros expedientes para o Magistrado assinar. No armário 01, também há processos que aguardam cumprimento.

No armário 02, há processos para cumprimento, e devolução de AR (aviso de recebimento).

Havia 822 (oitocentos e vinte e dois) processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria, por falta de cumprimento de ato judicial, e havia 753 (setecentos e cinquenta e três) processos conclusos há mais de 100 dias.

Havia 24 iniciais pendentes de despacho e 247 petições intermediárias não juntadas. Havia 1042 intermediárias não despachadas.

O mandado com carga mais antiga para oficial de Justiça datava de 13/06/2011.

Havia 27 processos com carga mais antiga para a Defensoria Pública, datada de 17/03/2010, e para advogados, havia 68 processos com carga datada de 16/03/2010. Havia 25 processos com carga para o Ministério Público desde 13/03/2015.

Chegaram a realizar a campanha “Pai Presente”, no ano de 2013, não sabendo informar o número de reconhecimentos voluntários de paternidade obtidos.

A resenha é feita pela Diretora de Secretaria, normalmente 01 vez por semana.

Alguns processos são identificados por tarjas coloridas: os de idosos, com tarja rajada, na cor cinza, as ações civis públicas, com tarjas rajadas na cor amarela,

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

as execuções fiscais na cor preta, as ações de alimentos possuem tarja na cor verde, as cautelares de busca e apreensão na cor amarela, as cartas precatórias na cor azul e as ações de investigação de paternidade na cor dourada.

As cartas precatórias recebidas são controladas periodicamente de 05 a 06 meses, com relação à falta de algum documento ou informação pelo Juízo deprecante, tendo sido orientado pela Juíza auxiliar da CJCI que seja observado o prazo de 30 (trinta) dias previsto no Provimento Conjunto nº 01/2011/CJRMB/CJCI – Manual de Rotinas.

A Diretora de Secretaria da Vara relatou que houve aumento significativo de cartas precatórias após a barragem, de modo que passaram a receber cerca de 70 (setenta) cartas precatórias por mês.

As cartas precatórias expedidas ficam acondicionadas em caixas e há cobrança periódica sobre o cumprimento.

O maior número de ações é contra o Estado do Pará, e também as que envolvem a Seguradora Líder (ações de DPVAT).

A orientação que seguem é a de intimar as partes para recolherem custas antes da prolação da sentença.

O maior problema que enfrentam se refere à lentidão da internet, o que afeta o uso do Sistema Libra e reduz a produtividade.

A Diretora de Secretaria sugeriu que o TJPA promova capacitação para o novo CPC, que entrará em vigor em março de 2016.

O Juízo ressaltou o aumento das demandas em razão das obras da Usina de Belo Monte.

* Seguem planilhas com análise da tramitação processual de processos da Meta 02, da Meta 04 e da Meta 06 do CNJ, de ações de execução fiscal e de ações cíveis com matéria diversificada.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 02 do CNJ;
- 2 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 04 do CNJ;
- 3 – Priorizar e agilizar a tramitação dos processos da Meta 06 do CNJ;
- 4 – Dar cumprimento aos atos judiciais nos processos paralisados em Secretaria há mais de 100 dias, que totalizam 822;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

498
P

- 5 – Autuar e registrar as petições iniciais pendentes de autuação;
- 6 – Juntar as petições intermediárias, pendentes de juntada;
- 7 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, alguns com carga em aberto desde 13/06/2011, utilizando ferramenta de cobrança, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 8 – Cobrar, com urgência, a devolução dos processos que se encontram com carga para advogados desde 16/03/2010, e com a Defensoria Pública, desde 17/03/2010, e os que se encontram com o Ministério Público desde 13/03/2015, devendo ser feita essa cobrança de imediato, passando-se a adotar mecanismo de cobrança de autos, a cada 30 (trinta) dias;
- 9 – Manter os processos da Meta 02, da Meta 04 e da Meta 06 do CNJ separados dos demais;
- 10 – Efetuar o controle das cartas precatórias recebidas, devolvendo-as ao Juízo Deprecante, após o prazo de 30 (trinta) dias, se não houver preparo, ou resposta sobre outras diligências solicitadas pelo Juízo Deprecado (Provimento Conjunto 01/2011/CJRMB/CJCI – Manual de Rotinas).

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Dar prioridade e agilizar os processos da META 2, da META 4 e da META 6 do CNJ;
- 2 – Dar celeridade aos processos conclusos há mais de 100 dias, no total de 753;
- 3 – Verificar as iniciais e petições intermediárias pendentes de despacho.

1ª VARA CRIMINAL:

Juíza que responde: **ANA PRISCILA DA CRUZ** (substituta), desde março de 2014.

Juíza titular: **MARIA DE FÁTIMA ALVES DA SILVA**, desde 28/05/2015, designada para Vara da comarca de Belém, com prejuízo de sua jurisdição.

Competência: Juízo Singular, excluídos os de violência doméstica e familiar, que tramitam na 2ª Vara Criminal da Comarca.

GABINETE:

Há 02 (dois) servidores do quadro do TJPA, sendo 01 (um) analista judiciário da área de Direito e 01 (uma) atendente judiciário, além da Assessora,

Mônica Maciel Soares Fonseca 13
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

exclusivamente comissionada, e há 02 (duas) servidoras cedidas, uma servidora pela Prefeitura Municipal de Altamira e outra pela Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu. Há 02 estagiárias de nível médio.

Fica responsável pela pauta de audiências, que estavam marcadas até 20/01/2016, sendo que as de réus presos estavam agendadas até 15/12/2015.

As audiências são realizadas de segunda a quinta-feira, e alguns processos de réus presos têm audiências marcadas para sexta-feira.

São realizadas, em média, 06 audiências por dia.

No mínimo, uma semana antes da realização da audiência, a Secretaria verifica se há diligências pendentes de cumprimento, indicando no *checklist* (em anexo), o que já foi cumprido e o resultado do mandado de citação.

SECRETARIA:

Há 03 (três) servidores auxiliares judiciários do quadro do TJPA, um dos quais exerce a função de Diretor de Secretaria e 04 (quatro) servidores cedidos, 03 (três) da Prefeitura Municipal de Altamira e 01 (uma) da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu.

Tramitam fisicamente 1.587 processos, incluindo a tramitação externa. Consta do Sistema Libra o número de 1886.

Os processos são separados por fase processual, em estantes abertas.

As cartas precatórias são identificadas com tarja azul, e se encontram separadas em uma estante as que estão com audiência designada das que aguardam devolução de Mandado.

Os processos de réus presos são identificados com tarja vermelha e os processos de réus soltos, que estão presos por outro processo em outra vara, são identificados com tarja na cor verde.

Os processos da Meta 02 do CNJ (ajuizados até 31/12/2011) são identificados com tarja amarela, e ficam misturados com os demais.

São 405 os processos da Meta 02, incluindo IPL's e flagrantes. O processo mais antigo é de 1995, e se encontra há bastante tempo com vista ao Ministério Público.

Havia 106 réus presos. A média de conclusão dos processos de réus presos é em torno de 160 dias.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

Bontudo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

499
p

A Meta 01 do CNJ (julgamento de ações em número maior do que as ajuizadas no ano) vem sendo cumprida desde 2012 até 2015.

Os réus estão presos em Altamira, e o grande problema enfrentado não é com o transporte, mas sim com a falta de escolta.

Há processos sentenciados que aguardam o encaminhamento de guias de recolhimento para a Vara de Execução Penal (2ª vara criminal de Altamira).

Está sendo cumprido o Provimento nº 001/2015 – CJCI – expedição de Termo de apelação para ser assinado pelos réus presos condenados quando da intimação.

Os mandados de prisão preventiva estão sendo cadastrados no BNMP (Banco Nacional dos Mandados de Prisão) e também os bens apreendidos são cadastrados no Libra e no Sistema do CNJ.

Os mandados de prisão e os alvarás de soltura são emitidos/cadastrados no Sistema Libra, e quando há problema do sistema, por causa da internet, os alvarás de soltura são cumpridos por Oficial de Justiça.

Não está sendo feito o controle do prazo prescricional.

Havia 111 processos paralisados em Secretaria há mais de 100 dias, por falta de cumprimento de ato judicial. Não havia processos aguardando conclusão, nem processos conclusos há mais de 100 dias.

Havia 138 (cento e trinta e oito) mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça desde 11/01/2011, 81 (oitenta e um) desde 13/07/2011, 106 (cento e seis) desde 28/09/2011 e 19 (dezenove) desde 30/11/2011 e diversos mandados com carga em aberto desde 2013, conforme formulário anexo.

Havia 90 (noventa) processos com carga mais antiga para o Ministério Público desde 25/10/2013, e 30 (trinta) com advogado desde 16/04/2015.

Foram identificadas 33 (trinta e três) petições intermediárias pendentes de juntada e 04 (quatro) não remetidas à conclusão.

É feita a resenha pelo Diretor de Secretaria e por uma servidora da Secretaria 03 (três) vezes por semana.

* Seguem planilhas com análise da tramitação de cartas precatórias, processos da Meta 02 do CNJ, processos criminais excluídos da Meta 02 do CNJ, bem como de processos de réus presos.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

Handwritten signature



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1 – Verificar no Sistema Libra e nos processos existentes fisicamente na vara o que é lixo do Sistema, para redução da taxa de congestionamento e redução do número de processos da Meta 02 do CNJ;
- 2 – Dar prioridade à tramitação dos processos da Meta 02 do CNJ;
- 3 – Realizar o controle do prazo prescricional na contracapa dos processos, e/ou no Sistema Libra, incluindo os suspensos, considerando o previsto na Súmula 415 do Superior Tribunal de Justiça;
- 4 – Cumprir diligências nos processos paralisados em Secretaria há mais de 100 dias por falta de cumprimento de ato judicial;
- 5 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, alguns com carga em aberto desde 11/01/2011, utilizando mecanismo de cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 6 – Cobrar, com urgência, a devolução dos processos que se encontram com carga para o Ministério Público, desde 25/10/2013, e para advogado desde 16/04/2015, passando a efetuar cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 7 – Juntar petições intermediárias pendentes de juntada;
- 8 – Verificar a correta alimentação dos Sistemas do CNJ, mensalmente, incluindo o de interceptações telefônicas.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

- 1 – Dar prioridade e agilizar os processos das META 2 do CNJ;
- 2 – Verificar junto à Secretaria as petições iniciais e intermediárias pendentes de conclusão.

2ª VARA CRIMINAL:

Juíza: Responde a Juíza substituta **LESLIE ANNE MAIA CAMPOS**, desde 01/04/2015, entretanto, durante suas férias, se encontrava respondendo pela vara a Juíza substituta Ana Priscila (de 03/11/ a 10/12/2015).

Competência: Violência Doméstica, Tribunal do Júri, crimes contra crianças e adolescentes e Execução Penal.

GABINETE:

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

Bautista



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

500
P

Há 02 (dois) servidores auxiliares do quadro do TJPA e 01 (um) estagiário, além da assessora, exclusivamente comissionada.

O gabinete fica responsável pela pauta de audiências, que são cadastradas no Sistema Libra, mantendo-se também agenda para consulta manual.

A pauta de audiência estava para abril de 2016, sendo que a pauta de audiências de réus presos estava até dezembro de 2015.

A Secretaria mantém o controle dos processos que aguardam audiência, acondicionando-os em prateleiras próprias, separando os que estão pendentes de cumprimento dos que estão com diligências cumpridas. Após cumprimento de diligências e vista ao Ministério Público, os autos são direcionados para a prateleira dos processos que aguardam audiência.

01 (um) dia antes da realização da audiência, é verificado se há pendências de cumprimento ou juntada de petição ou mandado nos autos dos processos que aguardam audiência, para serem remetidos conclusos.

SECRETARIA:

Há 05 (cinco) servidores, sendo 03 (três) do quadro do TJPA, dos quais 01 (um) analista judiciário e 02 (dois) auxiliares judiciários, e 02 (duas) servidoras cedidas, 01 (uma) da Câmara Municipal e 01 (uma) da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu. Há 03 (três) estagiárias de nível médio.

Tramitam 2.374 processos físicos, e incluindo a tramitação externa, são 2.445. No Sistema Libra, consta o número de 2.733.

Os processos de execução penal ficam separados dos demais, e estão também separados por tipo de regime de pena e por ato processual, sendo os de regime fechado identificados com tarja vermelha, os de regime aberto, com tarja azul, e os de semiaberto com tarjas azul e vermelha. Os processos com livramento condicional são identificados com tarja verde. Os processos de réus foragidos são identificados com tarja preta.

Há 157 processos do regime fechado, 71 processos do regime semiaberto e 643 do regime aberto.

Não vem ocorrendo acompanhamento do cumprimento do regime aberto, pois a equipe da Secretaria responsável não consegue expedir os atestados de liquidação da pena de todos.

Não é feito também o controle dos benefícios (progressão de regime, saída

Monica Maria Soares Franco
Juiz Auxiliar da Corregedoria do
Tribunal de Justiça das Comarcas do Interior

Monteiro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

temporária, livramento condicional), sendo que a Direção do Presídio que tem informado sobre a possibilidade de benefício, após o que, é expedida certidão de liquidação da pena.

Os feitos de flagrantes e de medidas protetivas ficam separados dos demais. Os processos de violência doméstica e familiar são identificados com tarja rosa, os do Tribunal do Júri com tarja preta, os de crime contra crianças e adolescentes com tarja verde. Os processos são separados por tipo de crime e por ato processual.

Os processos da Meta 02 do CNJ somam 231 e são identificados com etiqueta na capa. Estão misturados com os demais. Há necessidade de julgamento de 92 para o cumprimento da Meta de 80%. Cumprida somente 66,67%.

Os processos da Meta 04 ENASP/CNJ (julgamento de 80% dos crimes dolosos contra a vida cuja denúncia tenha sido recebida até 31/12/2009), são em número de 125 (cento e vinte e cinco), incluídos os suspensos, sendo necessário o julgamento de 64 (sessenta e quatro) para o cumprimento da referida Meta.

As cartas precatórias são encaminhadas por Malote Digital, tanto para comarcas do Estado do Pará, como para comarcas de fora do Estado, e são identificadas com tarja azul.

Não tem sido feito o controle do prazo prescricional, nem na contracapa dos processos, nem no Sistema.

Foi feita a análise de processos suspensos 02 vezes neste ano, segundo informação da Diretora de Secretaria, e estão pretendendo fazer o controle do prazo prescricional, a começar pelos processos suspensos.

Está sendo cumprido o Provimento 001/2015-CJCI – Expedição de Termo de Apelação assinado por réus presos condenados.

Não tem Defensor Público para atuar nas varas criminais, pelo que, os Juízes têm que nomear advogado dativo, arbitrando honorários, entretanto, tem ocorrido adiamento de Júris em virtude dessa situação. Na Semana do Júri, de 09 a 13/11/2015, foi realizada somente 01 (uma) Sessão do Tribunal do Júri na comarca, até mesmo ante a falta de Defensor Público.

Durante a Correição, foi informado que um Defensor Público estava sendo nomeado para atuar nas Varas Criminais.

Há 09 (nove) Júris designados, sendo 03 (três) para o ano de 2015 e 06 (seis) para o ano de 2016.

O CPC do IML Renato Chaves atende às comarcas do Pólo e demora para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

501
9

entregar os laudos periciais, o que atrasa a tramitação dos processos, sobretudo os do Tribunal do Júri.

Não há Propaz.

Os processos que envolvem crimes contra crianças e adolescentes também demoram para serem concluídos. A oitiva da vítima de crime contra a dignidade sexual criança é feita pela equipe multidisciplinar, composta por 01 psicólogo, 01 assistente social e 01 pedagogo, a qual atende a todas as varas com competência especializada (violência doméstica e familiar, Família, Infância e Juventude). A equipe faz visita domiciliar para realizar o estudo psicossocial, mas em alguns casos, a vítima comparece com familiar seu para ser ouvida no Fórum.

Há muito lixo eletrônico, havendo IPL's, flagrantes, pedidos de revogação de prisão preventiva que não deveriam estar com status em tramitação no Sistema Libra. De acordo com o informado pela Diretora de Secretaria, havia um número bem maior, mas já houve redução significativa.

Há cobrança mensal de cumprimento de cartas precatórias aos Juízos deprecados.

O BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão) é alimentado.

Os alvarás de soltura e os mandados de prisão são emitidos eletronicamente, mas em virtude da rotatividade muito grande de Juízes, por precaução, mandam também fisicamente esses documentos.

São alimentados os sistemas do CNJ de interceptação telefônica e de bens apreendidos.

Há armas de fogo para serem entregues à Comissão de Recolhimento do TJPA. A comissão visita uma vez ao ano a comarca.

Houve aumento significativo de trabalho na vara após o funcionamento da hidrelétrica, pois cartas precatórias aumentaram de 30 para 150, conforme levantamento realizado na vara. Aumentou também o número de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Expedidas as cartas precatórias, é feito controle quinzenal (de quinze em quinze dias).

A Secretaria tenta fazer resenha para publicação diariamente, mas, como a internet não ajuda, às vezes faz 02 ou 03 vezes por semana.

O controle da remessa de processos com vista ao MP, à Defensoria Pública e a advogados é feito mensalmente, com cobrança de devolução, entretanto, havia

Bautista



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

145 (cento e quarenta e cinco) processos com carga para o Ministério Público desde 15/10/2014, e 06 (seis) com a Defensoria Pública, desde 19/02/2015.

Havia 148 (cento e quarenta e oito) mandados em aberto com oficiais de Justiça desde 2013, de abril a outubro, e 63 (sessenta e três) mandados em aberto março e abril de 2014, conforme formulário, em anexo.

O espaço físico da secretaria é bem reduzido, considerando que trabalha com competências privativas e especializadas (violência doméstica e familiar, crimes dolosos contra a vida, crimes contra crianças e adolescentes, execução penal). Pelo menos os feitos de execução penal deveriam estar em uma sala própria. Foi informado durante a correição que há uma sala disponível ao Ministério Público, que, no entanto, não vem sendo utilizada pelo órgão, até mesmo porque possuem imóvel próprio. O MP, entretanto, não disponibilizou o espaço.

A Secretaria recebeu computadores novos e scanners em maio de 2015, o que facilitou bastante o trabalho, mas precisariam de espaço físico maior.

Obs: Funcionam na comarca a Superintendência da Polícia Civil do Xingu e a Delegacia Especializada da Mulher (DEAM). Há também o Centro de Recuperação de Altamira, que está com superlotação, apresentando número de presos acima do dobro das vagas existentes, *conforme Relatórios, em anexo, referentes à visita realizada nesses locais pela Desembargadora Corregedora e pelo Assessor Jurídico da CJCI, Marco Antônio.*

* Seguem planilhas com análise da tramitação de cartas precatórias, processos da Meta 02 do CNJ, processos criminais excluídos da Meta 02 do CNJ, feitos de Violência doméstica e familiar contra a mulher, do Tribunal do Júri, processos de Execução Penal, de ações penais excluídas da Meta 02, bem como de processos de réus presos.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Verificar no Sistema Libra e nos processos existentes fisicamente na vara o que é lixo do Sistema, para redução da taxa de congestionamento e redução do número de processos da Meta 02 do CNJ;
- 2 – Dar prioridade à tramitação dos processos da Meta 02 do CNJ;
- 3 – Dar prioridade aos processos da Meta 04 ENASP/CNJ;
- 4 – Realizar o controle do prazo prescricional na contracapa dos processos, e/ou no Sistema Libra, incluindo os suspensos, considerando o previsto na Súmula 415 do Superior Tribunal de Justiça;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

502
P

- 5 – Cumprir diligências nos processos paralisados em Secretaria há mais de 100 dias por falta de cumprimento de ato judicial;
- 6 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, alguns com carga em aberto desde abril de 2013, utilizando mecanismo de cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 7 – Cobrar, com urgência, a devolução dos processos que se encontram com carga para o Ministério Público, desde 15/10/2014, e para a Defensoria Pública, desde 19/02/2015, passando a efetuar cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo;
- 8 – Juntar petições intermediárias pendentes de juntada;
- 9 – Verificar a correta alimentação dos Sistemas do CNJ, mensalmente, incluindo o de interceptações telefônicas.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

- 1 – Dar prioridade e agilizar os processos da META 2 do CNJ e da Meta 04 do ENASP/CNJ;
- 2 – Verificar junto à Secretaria as petições intermediárias pendentes de juntada e de conclusão;
- 3 – Despachar ou julgar os processos conclusos há mais de 100 dias;
- 4 – Solicitar à Comissão do Transporte de armas do TJE/PA data para o recolhimento das armas ainda existentes na Vara.

VARA AGRÁRIA E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DA REGIÃO DE ALTAMIRA:

Funcionam em prédio próximo do prédio do Fórum, o qual é alugado pelo TJPA desde julho de 2014, e está em ótimas condições, tendo sido recentemente adaptado e reformado.

Juiz titular: **HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO**, desde 02/04/2012.

GABINETE:

Está lotada somente a Assessora do Juiz, que é exclusivamente comissionada.

Controlam a pauta de audiências e cadastram no Sistema Libra.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

Horácio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

São realizadas 01 (uma) ou 02 (duas) audiências na Vara Agrária por semana, e 02 (duas) a 03 (três) audiências no Juizado Especial Criminal Ambiental.

Há 01 (um) gabinete e 01 (uma) sala de audiências, que servem tanto à Vara Agrária quanto ao Juizado Especial Criminal Ambiental.

Há 02 (dois) processos da Vara Agrária e 08 (oito) processos do Juizado Criminal Ambiental em Gabinete, com tramitação recente.

SECRETARIA:

Estão lotados na Secretaria, que é tanto da Vara Agrária quanto do Juizado, 04 (quatro) servidores, sendo 03 (três) do quadro do TJPA, dos quais 01 (uma) analista não judiciário, que exerce a função e Diretora de Secretaria, e 02 (dois) auxiliares judiciários e 01 (uma) servidora cedida da Prefeitura Municipal de Altamira. Há 02 (duas) estagiárias.

Há 02 (dois) oficiais de Justiça são vinculados à Vara Agrária.

A Vara Agrária abrange 12 (doze) Municípios: Altamira, Anapu, Placas, Uruará, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Melgaço, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

Tramitam 38 (trinta e oito) processos da Vara Agrária, incluídos os físicos e os da tramitação externa, e 120 (cento e vinte) do Juizado Especial Criminal Ambiental. O número coincide com o número extraído do Sistema Libra.

Houve cumprimento da Meta 01 do CNJ (julgamento de número maior de ações dos que as ajuizadas no ano) na Vara Agrária, nos anos de 2012 e 2014, não tendo sido cumprida em 2013. Até a data da Correição, estava sendo cumprida, com saldo superior de ações julgadas no ano de 2015.

No Juizado Especial Criminal Ambiental, houve cumprimento da Meta 01 do CNJ em 2014, não tendo sido cumprida nos anos de 2012 e 2013. Até a data da Correição, estava sendo cumprida, com saldo superior de ações julgadas no ano de 2015.

Os processos da Vara Agrária são identificados com tarja vermelha e ficam acondicionados em uma armário fechado na Secretaria, e os processos do Juizado são identificados com tarja verde e ficam acondicionados em outro armário fechado na Secretaria.

Os processos que envolvem idosos se encontram misturados com os demais, mas são identificados com tarja preta para garantir fácil localização e prioridade.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juiza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

503
f

Os processos da Meta 02 do CNJ (ajuizados até 31/12/2011) não recebem identificação própria e atualmente são em número de 08 (oito) na Vara Agrária, tendo sido cumprida a referida Meta (julgamento de 80% das ações). Não há processos da Meta 02 do CNJ no Juizado Especial Criminal Ambiental

Havia 17 (dezesete) ações coletivas das Meta 06 do CNJ (ajuizadas até 31/12/2012) na Vara Agrária.

A carga em aberto mais antiga para Oficial de Justiça estava datada de 08/10/2015.

Havia 54 (cinquenta e quatro) processos com carga para o Ministério Público, desde 25/06/2015, do Juizado Especial Criminal Ambiental, e 15 (quinze) da Vara Agrária, desde 26/08/2015.

* Seguem planilhas, com análise da tramitação de processos da Meta 02 do CNJ da Vara Agrária, de processos da Vara Agrária excluídos da Meta 02 do CNJ, e de TCO's do Juizado Especial Criminal Ambiental.

Outras informações:

Há 01 (uma) sala para o **Protocolo**, que fica próximo à entrada do prédio, na qual ficam 02 (duas) servidoras, sendo uma cedida pela Prefeitura Municipal de Altamira e a Diretora de Secretaria, que também auxilia o Protocolo, Auxiliar judiciário.

Funciona uma Secretaria Administrativa em uma Sala, na qual atua uma servidora do quadro do TJPA, que é Auxiliar judiciário.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Dar prioridade à tramitação dos processos da Vara Agrária incluídos na Meta 02 do CNJ;
- 2– Dar prioridade aos processos da Meta 06 da Vara Agrária;
- 3 – Cobrar a devolução dos processos que se encontram com carga para o Ministério Público, do Juizado Especial Criminal Ambiental, desde 25/06/2015, e da Vara Agrária, desde 26/08/2015, passando a efetuar cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar de Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

23

Bontinho



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

1 – Dar prioridade e agilizar os processos da Vara Agrária incluídos na META 2 do CNJ;

2 – Dar prioridade e agilizar os processos da Vara Agrária incluídos na META 6 do CNJ;

JUIZADOS ESPECIAIS (ADJUNTOS):

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL:

Juíza que estava respondendo: CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI, desde 01/03/2015.

Há 06 (seis) servidores do quadro do TJPA, sendo 01 (um) Auxiliar judiciário, que exerce a função de Secretário do Juizado, e mais 05 (cinco) servidores, entre os quais, o Diretor de Secretaria da 1ª Vara criminal e o Diretor de Secretaria da 2ª Vara Cível.

Há 594 (quinhentos e noventa e quatro) TCO's em andamento e 58 (cinquenta e oito) TCO's aguardando o trânsito em julgado.

As audiências ocorrem às terças e quartas, na sala de audiências, e a DEPOL envia a maioria das datas. Tem dias em que ocorrem 30 (trinta) audiências, e em outros até 60 (sessenta) audiências.

O horário de funcionamento é de 14:30 hs às 16:30 horas.

Os feitos são separados por ato processual: aguardando ofício, aguardando certidão, aguardando transação penal, aguardando trânsito em julgado, etc. Há os suspensos em Secretaria, separados dos demais.

Até 2014, tinham dificuldade por ausência de Promotor de Justiça, mas atualmente há Promotores de Justiça designados para o Juizado, que contribuem bastante para o bom funcionamento do Juizado.

Estão funcionando com somente 03 (três) computadores emprestados, tendo solicitado 05 (cinco) computadores e outros equipamentos de informática para os outros servidores poderem trabalhar, pois acabam trabalhando nos processos do Juizado em suas Secretarias, por não terem computador para cumprir atos. O setor do TJPA informou que mandaria outros computadores em novembro de 2015.

Já receberam scanners, leitores ópticos e 02 (duas) impressoras e a Direção do Fórum cedeu a sala onde estão trabalhando, pois antes não tinham lugar adequado para trabalhar.

Carla Sodré da Mota Dessimoni



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

504
p

Processos em que decorreu o prazo da decadência sem manifestação do interessado, não permanecem na sala, sendo logo extintos.

Havia 12 (doze) feitos da Meta 02 do CNJ, entre os quais, 04 (quatro) enviados à DEPOL, 05 (cinco) ao Ministério Público e 03 (três) conclusos para sentença. Não consta essa informação do Portal de Metas.

A carga em aberto mais antiga para Oficial de Justiça datava de 22/10/2015.

Havia 93 processos paralisados há mais de 100 dias, incluindo os que retornaram à DEPOL de origem, entretanto, muitos são TCOs em que houve parcelamento de valores pelo autor do fato.

Foram identificados 88 Termos Circunstanciados de Ocorrência com a DEPOL de origem desde 2009.

O Secretário do Juizado expôs a dificuldade de uso do Sistema Libra, não sendo possível cadastrar os feitos nem despachos, havendo incongruências entre o trabalho efetivado e cadastrado e os dados apresentados pelo Libra.

* Seguem planilhas com análise de TCO's incluídos na Meta 02 do CNJ e fora da referida Meta, e de cartas precatórias.

RECOMENDAÇÕES AO SECRETÁRIO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL:

- 1 – Dar prioridade à tramitação dos processos incluídos na Meta 02 do CNJ;
- 2 – Cobrar da DEPOL de origem a devolução dos TCO's que não retornaram desde 2009.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Dar prioridade e agilizar os processos incluídos na META 2 do CNJ.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL:

Há 1.465 (mil, quatrocentos e sessenta e cinco) processos no Projudi e 233 (duzentos e trinta e três) processos físicos anteriores à instalação do Projudi = total: 1.698.

Há uma sala onde funciona a Secretaria com comunicação para a sala de audiências.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

25

Handwritten signature



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

As audiências são realizadas de segunda a quinta-feira, e o horário do Juizado é de 15:00 hs às 17:00 hs.

Os processos físicos são separados por ato processual: aguardando resposta de ofício; aguardando certidão; aguardando cumprimento; aguardando retorno de AR; cartas precatórias.

As conciliações ocorrem às quartas e as instruções às terças.

Há 02 oficiais de Justiça vinculados ao Juizado Especial. Cada um tem documentos/mandados em uma caixa.

As sentenças prolatadas em audiência são cadastradas pelo servidor no Termo e depois o Magistrado assina no Projudi.

Há 03 (três) servidores do quadro do TJPA, sendo 01 (um) auxiliar judiciário, que é o Secretário e atua na 2ª Vara criminal, e 02 (dois) auxiliares de Secretaria, um atuando em atermações e um que digita audiência e expede citação no Projudi.

Há 02 (duas) conciliadoras e 02 (duas) estagiárias, uma de nível médio e uma de nível superior.

Foi cumprida a Meta 01 no ano de 2013 e também no ano de 2015.

Havia 231 processos físicos da Meta 02 do CNJ e 399 no Projudi: total de 630 processos. No Portal de Metas, constavam 328 processos incluídos na Meta 02, pendentes de julgamento.

As atermações são feitas na Sala da Secretaria do Juizado.

Os principais problemas apontados pelo Secretário do Juizado Especial Cível se referem à exiguidade de tempo para o desenvolvimento das atividades e à internet.

Havia informação sobre um processo físico com carga para advogado desde 11/04/2011.

Os servidores cumprem somente mais duas horas, recebendo tempo integral, ou em regime de horas extras.

A internet costuma cair, o que prejudica os trabalhos, em virtude de inviabilizar o acesso ao sistema PROJUDI.

Outra situação apontada pelo Secretário do Juizado se refere à cobrança de custas, pois quando as partes são condenadas em custas, após o trânsito em julgado, a Secretaria as intima no prazo da lei, mas após a intimação, não tem acesso através



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

505
P

do Sistema Projudi sobre o recolhimento de custas. Sugere que a Secretaria de Informática crie no sistema possibilidade de acesso à referida informação. Sugere ainda que os arquivos inseridos no Projudi possam ser visualizados como caderno digital, como ocorre no Diário da Justiça e no Sigadoc.

* Seguem planilhas com análise de processos incluídos na Meta 02 do CNJ e fora da referida Meta, e de cartas precatórias.

RECOMENDAÇÕES AO SECRETÁRIO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL:

- 1 – Datar e assinar as certidões referentes à entrega de mandados a Oficiais de Justiça, para cumprimento, para que possa ser exercido controle sobre o tempo, e cobrar a devolução;
- 2 – Dar agilidade na tramitação dos processos incluídos na Meta 02 do CNJ;
- 3 – Cobrar, com urgência, o processo com carga para advogado desde 11/04/2011;
- 4 – Verificar as cartas precatórias que aguardam mais de 30 (trinta) dias alguma providência e providenciar a sua devolução ao Juízo Deprecante (Provimento Conjunto n. 01/2011-CJRMB/CJCI).

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Reduzir o número de processos conclusos para sentença, no total de 166 (cento e sessenta e seis);
- 2 – Agilizar a tramitação e concluir os processos físicos, que se encontram inseridos na Meta 02 do CNJ, em número expressivo.

SETOR PSICOSSOCIAL:

Há 02 (dois) pedagogos e 01 (uma) psicóloga do quadro do TJPA e 01 (uma) assistente social da Prefeitura Municipal de Altamira.

A equipe atende a todas as Varas que precisam: Família, Infância e Juventude, violência doméstica e familiar.

DIREÇÃO DO FÓRUM:

Arônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

27
Arônica Maciel Soares Fonseca



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Exercida pelo Juiz HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO.

Lotados 02 (dois) servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Altamira.

SALA DE OFICIAIS DE JUSTIÇA:

Atuam na comarca 12 (doze) servidores como Oficiais de Justiça, entretanto, somente 05 (cinco) são concursados para esse cargo, sendo 01 (uma) cedida da Prefeitura Municipal de Altamira e 06 (seis) servidores do quadro do TJPA, concursados para outra função, que se encontram designados para a função de Oficial de Justiça.

O Juiz Diretor do Fórum informou que a situação dos Oficiais de Justiça é do conhecimento do Secretário atual de Gestão do TJPA

PROVIDÊNCIA: expedição de Ofício à Presidência do TJPA, comunicando a situação do quadro de Oficiais de Justiça da comarca de Altamira.

UNAJ

Funciona em uma sala pequena que tem comunicação com a sala do Protocolo e da Distribuição. Para se ter acesso à sala da Unaj, tem que passar pela sala do Protocolo e distribuição, pois não há abertura para atendimento.

Há 01 (uma) servidora na UNAJ comissionada pelo TJPA.

Antes havia um contador judicial, mas ele não está mais atuando na Contadoria.

Há 03 (três) computadores e 02 (duas) impressoras. 01 (um) computador é usado pela servidora da UNAJ e 01 (um) computador é da Contadoria, e não está sendo usado. O outro computador é usado por uma servidora da distribuição.

Há 01 (um) scanner na sala da UNAJ.

A comarca de Altamira é a 7ª em arrecadação.

PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO:

Funcionam em uma mesma sala pequena, onde há 02 (dois) computadores para o Protocolo e 02 (dois) computadores para a distribuição.

Há 03 (três) scanners na distribuição e 01 (um) no Protocolo. Há 02 (duas)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

506
P

impressoras na distribuição e 01 (uma) impressora no Protocolo, mais duas que imprimem etiquetas.

Há 01 (um) servidor no Protocolo, que é auxiliar judiciário, e há 02 (duas) servidoras na Distribuição, sendo 01 (uma) analista judiciário e 01 (uma) atendente. Há 01 (um) estagiário lotado em outro setor que está ajudando nos serviços da distribuição.

Tem uma pessoa que pega correspondências nos Correios e faz triagem para encaminhar à distribuição.

A servidora da distribuição disse ter dificuldade na emissão de certidões, pois não é possível emitir certidão somente da comarca de Altamira, mas sim do Estado, além de erros no Sistema. Precisam conferir os processos.

Há dificuldade com o Sistema, que é lento, e às vezes nem funciona, por problemas com a internet.

Foi verificada uma goteira grande na Split da sala do protocolo e distribuição, que está caindo próximo a um dos computadores, tendo sido repassada a situação para o Diretor do Fórum, que informou já ter chamado um técnico, que adotou uma solução paliativa, mas há necessidade de troca do aparelho.

A distribuição recebe materiais apreendidos. Somente não recebe armas e munições.

As iniciais são distribuídas de imediato, sendo que a dificuldade maior é com as cartas precatórias que chegam por Malote Digital ou por e-mail, em grande volume. Há um atraso de cerca de um mês para distribuição.

É o Relatório.

Belém, 25 de janeiro de 2016.


MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO
Desembargadora Corregedora de Justiça da CJCI


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


JANE VIEIRA ALCANTARA NEVES
Chefe de Gabinete da CJCI

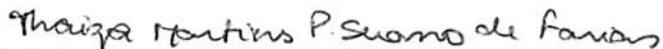


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR


DANIEL DOS REIS AFFONSO
Assessor Jurídico da CJCI


JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica da CJCI


MARCO ANTONIO PEDROSA ARAÚJO
Assessor Jurídico da CJCI


THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora jurídica da CJCI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTAMIRA

489
P

ATA DE ENCERRAMENTO

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze (20.11.2015), às 09h00min, no Fórum da Comarca de Altamira, onde presentes se encontravam a Excelentíssima Senhora Desembargadora. **MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, Excelentíssimos Senhores Doutores **JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE** e **MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA**, Juízes Auxiliares da CJCI, Dr. **HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO**, Juiz de Direito da Vara Agrária e Diretor do Fórum da Comarca de Altamira, Dra. **CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA**, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Dra. **CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI**, Juíza Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial e respondendo pelo Juizado Especial Criminal da Comarca de Altamira, Dr. **LUIZ TRINDADE JÚNIOR**, Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Dra. **ANA PRISCILA DA CRUZ**, Juíza de Direito respondendo pelas 1ª e 2ª Varas Criminais da Comarca de Altamira, Dr. **ANDRÉ MONTEIRO GOMES**, Juiz de Direito respondendo pelo Juizado Especial Cível da Comarca de Altamira e os Senhores **JANE VIEIRA ALCÂNTARA DAS NEVES**, Chefe de Gabinete das Corregedorias de Justiças das Comarcas do Interior, **CARLOS PINTO DA SILVA JR.**, Analista Judiciário, **DANIEL DOS REIS AFFONSO**, **JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**, **MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO** e **THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS**, ambos Assessores Jurídicos e demais servidores da Comarca. Durante a reunião de encerramento, a Desembargadora Corregedora esclareceu sobre a necessidade de urbanidade e educação de todos os servidores e magistrados, principalmente no momento de atendimento aos advogados e jurisdicionados. A Magistrada Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca, Dra. **CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA**, agradeceu a postura da equipe de correição. O Juiz de Direito Titular da Vara Agrária e Diretor do Fórum, Dr. **HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO**, solicitou a construção e instalação do novo Fórum da Comarca, em virtude da latente necessidade para melhor prestação dos serviços ao jurisdicionado, bem como, da melhora na informática, que dificulta, e muito, a realização dos trabalhos. O Diretor de Secretaria da 1ª Vara Criminal, Senhor **THIAGO DA SILVA GONÇALVES**, informou sobre a dificuldade de utilização do malote digital, principalmente para Comarcas fora do Estado. Foi

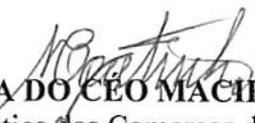
[Handwritten signatures and initials]

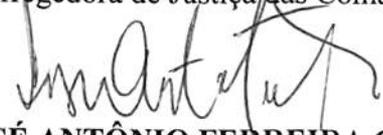


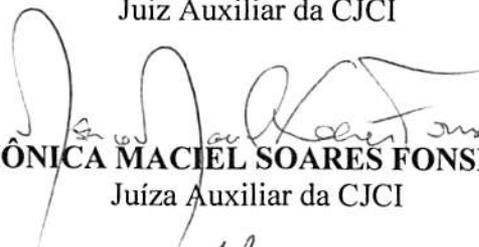
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTAMIRA

490
P

relatado ainda pela Magistrada Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial, Dra. CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI, que 02 (dois) auxiliares judiciários anteriormente lotados na Vara pediram exoneração, em virtude de aprovação em outro concurso público, estando com grande diminuição no número de servidores, razão pela qual requereu que a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior informasse tal situação à Presidência do Tribunal de Justiça, para, se possível, conseguir lotação de novos servidores na Vara, em virtude do grande número de trabalho. Em seguida, deu-se por encerrada a Correição Geral Ordinária na Comarca de Altamira, o que, para constar, Eu, Marco Antônio Pedrosa (Marco Antônio Pedrosa), assessor jurídico, lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.

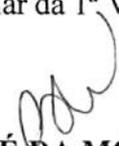

Desembargadora MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior


JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO
Juiz de Direito da Vara Agrária e Diretor do Fórum da Comarca de Altamira


CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA
Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial


CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI
Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial e pelo Juizado Especial Criminal


LUIZ TRINDADE JÚNIOR
Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial

X

P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTAMIRA

491
P

Ana Priscila da Cruz
ANA PRISCILA DA CRUZ

Juíza de Direito respondendo pelas 1ª e 2ª Varas Criminais

André Monteiro Gomes
ANDRÉ MONTEIRO GOMES

Juiz de Direito respondendo pelo Juizado Especial Cível

Jane Vieira Alcantara das Neves
JANE VIEIRA ALCANTARA DAS NEVES
Chefe de Gabinete da CJCI

Carlos Pinto da Silva Jr.
CARLOS PINTO DA SILVA JR.
Analista Judiciário

Daniel dos Reis Affonso
DANIEL DOS REIS AFFONSO
Assessor Jurídico

Jackeline S. Vilhena Maia
JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica

Marco Antônio Pedrosa de Araújo
MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO
Assessor Jurídico

Thaiza M. Pereira Suano de Farias
THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica

RECEBIMENTO
Recebido na Secretaria da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior.
Belém, Pa, 12 / 04 / 16
[Signature]
Diretor(a) da Secretaria

REMESSA
Nessa data, faço remessa destes autos
Divisão Administrativa
Belém, Pa, 12 / 04 / 16
[Signature]
Secretaria da CJCI

RECEBIMENTO
Recebido na Secretaria da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior.
Belém, Pa, 20 / 04 / 16
[Signature]
Diretor(a) da Secretaria